

## Taxa de vacinação infantil despenca e Brasil volta a patamar de 1987

---

No último ano, taxa de vacinação infantil foi a pior das últimas três décadas. Queda na imunização das crianças está ligada a diversos fatores, como fake news e menores verbas para campanhas destinadas ao tema.

Em 2021, a vacinação infantil no país chegou a seu pior nível em três décadas. As taxas de cobertura voltaram ao patamar de 1987. Com isso, doenças já erradicadas, como a poliomielite, podem voltar a fazer vítimas.

A vacinação infantil é obrigatória no Brasil, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda cobertura vacinal de pelo menos 95% da população infantil. Nos últimos cinco anos, o número de crianças imunizadas vem caindo cada vez mais, preocupando autoridades e especialistas.

De acordo com o Ministério da Saúde, a média de cobertura vacinal no Brasil caiu de 97%, em 2015, para 75% em 2020. Das 9 vacinas analisadas pelo DataSUS, a que sofreu maior queda é a BCG, que apresenta queda de 38,8% entre 2015 e 2021. Em segundo lugar fica o imunizante contra a Hepatite A, com queda de 32,1%, e poliomielite em terceiro, com queda de 30,7%.

O Brasil costumava ser o país líder em cobertura vacinal em todas as faixas etárias. Em 1973, foi criado o Programa Nacional de Imunização (PNI), com o intuito de oferecer imunização em massa gratuita para a população. O Programa cresceu gradativamente e, em 2015, no seu auge de cobertura vacinal, oferecia 29 imunizantes para todas as idades. No entanto, dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), coletados em março deste ano, apontam que três em cada dez crianças brasileiras não receberam as vacinas necessárias para protegê-las.

Existem diversas questões que causam a queda no índice de vacinação infantil, entre elas as fake news. Para Soraya Soubhi Smaili, professora titular do Departamento de Farmacologia da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP, a diminuição de investimentos na área da saúde e de campanhas de vacinação abriu espaço para a disseminação de informações mentirosas.

“Até 2016, nós tivemos uma política de saúde voltada para a saúde pública, para o fortalecimento do SUS e do PNI. Nós tivemos bons gestores no PNI e investimentos nessa área para a realização de campanhas e estruturação do

sistema, para que as imunizações fossem bem-sucedidas. De 2017 para cá, nós já temos uma diminuição no investimento, uma estrutura mais desorganizada no Ministério da Saúde, que é responsável pelo PNI, e, portanto, uma diminuição dos programas e das campanhas, que dá espaço ao crescimento de campanhas contrárias à vacinação”, afirma.

Dados do Ministério da Saúde apontam que o orçamento para campanhas de vacinação caiu de R\$ 77 milhões, em 2018, para R\$ 45 milhões em 2020. Mas não é só a falta de campanhas com informações corretas que influenciam os pais a não vacinarem seus filhos. Questões estruturais, como o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), são um grande problema. Geralmente, as UBSs ficam abertas das sete da manhã às cinco da tarde, de segunda a sexta-feira, quando a maioria dos pais e responsáveis está trabalhando.

Outro fator que contribui para a queda da cobertura vacinal é a falsa sensação de que não é necessário se vacinar, visto que as doenças foram erradicadas. Contudo, o Brasil é um dos oito países sul-americanos que apresentam alto risco de volta da poliomielite, causadora da paralisia infantil, segundo relatório divulgado pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) em 2021.

Daniel Jarovsky, infectologista e pediatra do Sabará Hospital Infantil, considera esse pensamento “extremamente complicado e errôneo”.

“Esse sucesso, controle e eventual eliminação de determinada doença só ocorreu porque grande parcela da população foi vacinada. O mérito de uma erradicação de uma doença é da vacinação coletiva”, destaca.

Ele também explica que “se cada vez mais pessoas pensarem que uma doença parou de circular e então não devemos vacinar, surgirão bolsões de pessoas suscetíveis a essa doença. E caso essa infecção seja reintroduzida no país, como ocorreu com o sarampo em 2019, a doença se espalha de maneira extremamente rápida”.

Jarovsky destaca a poliomielite como uma das doenças que podem retornar caso as taxas de cobertura vacinal permaneçam baixas. A poliomielite, causada pelo Poliovírus, é uma doença infectocontagiosa aguda. Ela ocorre majoritariamente em crianças menores de 4 anos e apresenta, de início, sintomas de uma gripe comum (febre e dor de garganta) ou até mesmo uma infecção gastrointestinal (náusea, vômito e dor abdominal).

O Poliovírus, vírus que vive no intestino, também pode causar efeitos de paralisia, insuficiência respiratória e até mesmo a morte de 1% dos infectados, de acordo

com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A transmissão acontece através da boca, quando há contato com algum material contaminado por fezes – principalmente a água. Uma vez infectada, a pessoa pode transmitir o Poliovírus ao tossir ou espirrar.

A professora aposentada Cheilamar Prates Page, de 70 anos, recorda sua felicidade diante da vacinação de suas irmãs contra a poliomielite, doença que a acometeu quando tinha dois anos de idade.

“A vacinação contra a pólio foi de uma importância enorme, porque eu tive a certeza de que aquele grande mal não atingiria meus amigos e familiares. Vacinados, não passariam pelas mesmas dificuldades que passei. Assim, logo que o imunizante foi distribuído para a população, meus pais tiveram a preocupação de vaciná-las. E vivendo de perto a minha experiência com a pólio, todo o meu ‘famlhão’, que engloba filhos, netos, bisnetos, sobrinhos e primos, foi vacinado”.

Cheilamar foi infectada pela pólio antes da chegada da vacina ao Brasil. Graças ao apoio dos pais e à busca por tratamentos fisioterápicos, a carioca pôde viver e se tornar “uma pessoa forte e disposta a enfrentar as dificuldades naturais impostas a uma criança com deficiência severa”.

As sequelas da poliomielite, no entanto, não ficaram restritas à infância de Cheilamar. Quando ela estava com 50 anos, foi diagnosticada com Síndrome pós-pólio (SPP). “Passei a ser hipertensa, a sentir dores e muita flacidez no pé direito, que eram sintomas da SPP, desconhecida por mim e pelos neurologistas em geral na época”, contou.

A Síndrome pós-pólio é considerada como um efeito tardio da pólio, caracterizada por nova fraqueza muscular de pessoas que tiveram poliomielite aguda, muitos anos antes.

### **Vacinas aumentam expectativa de vida**

As campanhas de vacinação têm grande influência na adesão da população aos imunizantes. A primeira campanha realizada no Brasil foi feita em 1961, a partir da regulamentação do Código Nacional de Saúde, Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954. Profissionais de saúde aplicaram a vacina oral contra a poliomielite durante projetos experimentais nas cidades de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e Santo André, em São Paulo. No ano seguinte, foi a vez da Campanha Nacional Contra a Varíola.

As vacinas foram fundamentais para o aumento da expectativa de vida e queda da mortalidade infantil no país, segundo o Ministério da Saúde. Foi com a vacinação em massa que doenças como varíola, rubéola, poliomielite e sarampo foram eliminadas.

Segundo Jarovsky, é essencial que crianças a partir dos 2 meses de vida sejam vacinadas, uma vez que essa faixa etária é suscetível a infecções, por seu sistema imunológico ainda ser imaturo. “Crianças menores de 6 meses dependem dos anticorpos maternos passados pela placenta, durante a gestação, e pela amamentação. As vacinas fazem com que o próprio organismo crie anticorpos e outros mecanismos de defesa contra as estruturas específicas de vírus ou bactérias”, explica.

No caso das vacinas inativadas, são usados vírus e bactérias enfraquecidos, que não causam doenças na pessoa, mas resultam na indução de resposta imune.

O trabalho conjunto de profissionais da saúde, da educação e da mídia é o que o pediatra sugere para contornar a queda nos números de vacinação infantil. Já Soraya Smaili afirma que “o sistema de saúde e a ciência juntos podem fazer esse trabalho”.

“É preciso ter políticas de desenvolvimento da saúde para que tenhamos mais saúde da população. Nós não podemos colocar em risco a saúde das crianças, que são o futuro do nosso país. Precisamos de líderes que valorizem isso e cuidem da sua população”, acrescenta Soraya.

O Governo Federal divulgou, recentemente, uma atualização do calendário de vacinação infantil, no portal da Agência Brasil. De 3 de maio a 3 de junho de 2022, ocorrerá a campanha de vacinação contra sarampo para crianças de 6 meses a menores de 5 anos, junto da aplicação da segunda etapa de imunização contra influenza.

*Fonte: Observatório do 3º Setor*

<https://slz7.com/inicio/taxa-de-vacinacao-infantil-cai-e-brasil-volta-a-patamar-de-1987/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site SLZ7